

BENEFÍCIOS SOCIAIS E TRANSIÇÃO DE MODOS DE VIDA RURAIS: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia¹

SOCIAL BENEFITS AND RURAL LIVELIHOOD TRANSITIONS: an analysis of the Bolsa Familia and rural retirements among small farmers in the Amazon, Brazil

Gabriel Henrique Lui

Ministério do Meio Ambiente

Silvia Maria Guerra Molina

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz / Universidade de São Paulo

Resumo

Regiões rurais de todo o mundo observam um fenômeno de diversificação e desconexão entre os modos de subsistência dos pequenos produtores rurais e a execução de atividades agrícolas. Nota-se um aumento da importância da renda proveniente de atividades não-agrícolas, como trabalhos em tempo parcial, prestação de serviços e benefícios sociais. No Brasil, programas como o Bolsa Família e a concessão de aposentadorias e pensões em áreas rurais também passaram a contribuir para esse cenário. Com base em entrevistas realizadas com 83 famílias rurais e 13 lideranças locais da região de Santarém (PA), o presente trabalho investiga os efeitos da introdução dos benefícios sociais sobre a percepção das famílias quanto a qualidade de vida e as atividades agrícolas na região. Os resultados mostram que existe um gradiente de avaliações do papel dos benefícios sociais, que transita entre a promoção da qualidade de vida e o incentivo ao afastamento do trabalho agrícola.

Palavras-chave: Bolsa Família, aposentadoria rural, agricultura, Amazônia

Abstract

Rural areas throughout the world have been observing a phenomenon of diversification and disconnection between small farmers' livelihoods and the performing of agricultural activities. Thus, one observes an increasing importance of off-farm income sources, as part-time jobs and social benefits. In Brazil, programs like Bolsa Família and the concession of rural retirements and pensions have also been contributing with such scenario. Based in interviews made with 83 rural families and 13 local leaders from the region of Santarém, state of Pará, the present

¹ Os autores agradecem aos entrevistados que participaram dos levantamentos, bem como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo financiamento da pesquisa que resultou no presente artigo.

work investigates the effects of the introduction of social benefits over the families' perception about quality of life and the agricultural activities in the study area. The results demonstrate the existence of a gradient of evaluations of the social benefits role, which transits since the promotion of quality of life improvement to the incentive of agricultural work detachment.

Keywords: Bolsa Família, rural retirement, agriculture, Amazon

Introdução

Produtores rurais de todo o mundo têm apresentado novas motivações de produção e consumo frente à expansão da economia de mercado. Isso ocorre não só com os grandes produtores orientados para o mercado global, mas também com os pequenos produtores orientados para a subsistência e para os mercados locais. Essas novas motivações têm trazido importantes consequências para as áreas rurais, levando a um reajustamento das funções das paisagens e a uma redefinição do modo de vida das populações locais. Nesse sentido, essas regiões vêm observando um crescente fenômeno de diversificação e desconexão entre os modos de subsistência dos pequenos produtores e a execução de atividades agrícolas.

Tal fenômeno, que tem sido caracterizado como um processo de desagrarização, representa uma forma de responder a um meio rural em transformação, no qual a execução de atividades agrícolas tem sido desestimulada por fatores como: (1) competição desigual com produtores de larga escala; (2) baixa lucratividade da agricultura de pequena escala; (3) disponibilidade de novas oportunidades de trabalho e serviços não-agrícolas; (4) proximidade com as cidades e com a cultura urbana; (5) desinteresse das gerações mais novas em manter as atividades agrícolas; (6) degradação ambiental e (7) indisponibilidade de terras agricultáveis (Bryceson, 1996 e 1997; Graziano da Silva, 1997e ainda Rigg; Nattapoolwat, 2001e Rigg, 2006).

Como consequência desses fatores, observa-se entre os pequenos produtores rurais ² uma diminuição da importância da renda proveniente de atividades agrícolas e um aumento da importância da renda proveniente de outras atividades, como trabalhos em tempo parcial, prestação de serviços, empregos públicos e o recebimento de remessas familiares e outros benefícios. Na América Latina, por exemplo, Reardon, Berdergue e Escobar (2001) demonstraram que até 40% da renda de famílias rurais é proveniente de atividades não-

² No contexto do presente trabalho, “populações de pequenos produtores rurais” representa uma classificação abrangente, na qual se incluem os grupos sociais que estão diretamente envolvidos com o uso da terra e o manejo de recursos naturais, em regimes privados e/ou coletivos, como agricultores familiares, colonos, extrativistas, quilombolas, populações tradicionais, pescadores que praticam agricultura, entre outras categorias socioculturais que são geralmente utilizadas para se referir a esses grupos. Tal definição compreende ainda as unidades domésticas nas quais os indivíduos estão envolvidos com o uso da terra e o manejo de recursos naturais, mas que, por vezes, não estão dentro das áreas oficialmente reconhecidas como rurais, bem como as unidades domésticas multilocalizadas, nas quais membros da família realizam atividades e ocupam temporariamente os centros urbanos (Silva, 1997; Padoch et al., 2008; Brondizio et al., 2009).

agrícolas. No Sul da Ásia, Gordon (1999) verificou que essa proporção pode chegar até 60%. Em um estudo realizado com 80 famílias na foz do Rio Amazonas, Steward (2007) observou que apenas um domicílio dependia exclusivamente dos recursos obtidos com a venda de produtos agrícolas, apesar de 64% das famílias ainda manterem algum tipo de atividade produtiva em pequena escala. A diversificação das fontes de renda, nesse caso, era representada pela prestação de serviços gerais na agricultura, em domicílios e no transporte, além do estabelecimento de pequenos negócios e o auxílio de programas de assistência social.

No Brasil, uma nova variável passou a operar nesse cenário de diversificação dos modos de subsistência dos pequenos produtores rurais de baixa renda a partir de 2004: o Programa Bolsa Família (PBF). O Bolsa Família é um programa do governo federal através do qual se realiza a transferência direta de recursos financeiros para aproximadamente 13 milhões de famílias de baixa renda, o que corresponde a cerca de 53 milhões de pessoas, ou 27% da população total do país. O principal objetivo do programa é reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar para a população atendida. O PBF é direcionado a famílias que possuem uma renda mensal *per capita* de até R\$140,00, e a manutenção no programa é condicionada ao acompanhamento médico e à frequência das crianças nas escolas. O valor do benefício mensal recebido em cada domicílio pode variar entre R\$32,00 e R\$306,00, conforme o número e a idade dos filhos, bem como outras condições das famílias (Brasil, 2012a). No principal município da área de estudo desta pesquisa (Santarém), os dados censitários do IBGE (2010) e a lista de beneficiários disponibilizada pela Caixa Econômica Federal (CEF, 2010) mostram que cerca de 28% da população é atendida pelo PBF. Contudo, em alguns municípios da região, como Aveiro e Prainha, esse percentual chega a quase 50%. Além da grande parcela da população atendida pelo programa, o impacto desse recurso adicional fica mais claro quando se analisam as mudanças na renda. De acordo com uma avaliação feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2009, as famílias atendidas apresentam um aumento médio de 48,7% na renda *per capita* mensal (de R\$48,69 para R\$72,42), sendo que o benefício representa, em média, cerca de 33% da renda familiar total (Brasil, 2012a).

Além do PBF, outro fator que estaria trazendo mudanças significativas para a renda, na região rural de Santarém, é o maior acesso aos benefícios da previdência social, como aposentadoria, pensões e auxílios temporários (salário-maternidade, auxílio doença, entre outros). No Brasil, segundo os anuários estatísticos da Previdência Social (Brasil, 2012b), o número total de beneficiários saltou de 21.517.305, em 2003, para 27.999.034, em 2010 (aumento de 30,12%). Nas áreas rurais, especificamente, o número de beneficiários passou de 6.985.137 para 8.378.431 no mesmo período (aumento de 19,95%). Nos municípios de Santarém e Belterra, onde se concentrou o presente trabalho, o número total de beneficiários passou de 28.767, em 2003, para 36.828, em 2010 (aumento de 27,41%). Mais do que o próprio número de indivíduos atendidos por esses programas de previdência social, é

interessante observar o montante de recursos disponibilizados por tais benefícios. O valor do salário mínimo, que serve de base para o cálculo dos pagamentos, passou de R\$240,00 mensais, em 2003, para R\$545,00 mensais, em 2011, o que representa um crescimento real de 48,82%³. O maior número de beneficiários, somado ao aumento expressivo no valor dos benefícios, alavancou a importância econômica dessas fontes de renda. Em Santarém e Belterra, os valores anuais disponibilizados para o pagamento dos benefícios foram provenientes de cerca de R\$96 milhões, em 2003 e de R\$242 milhões, em 2010 (aumento de 151%) (Brasil, 2012b), o que representa mais de 13% do Produto Interno Bruto (PIB) dos referidos municípios.

Existe ainda um importante conjunto de fatores ligados a qualidade de vida e a percepção das populações de pequenos produtores rurais quanto às mudanças na economia doméstica e as perspectivas de uso da terra. Rigg (2006) observou que famílias de pequenos produtores rurais no Sudeste asiático, que não têm diversificado as fontes de renda e as atividades produtivas, apresentam uma estagnação, ou até uma regressão nos padrões de subsistência, evidenciando uma percepção de diminuição da qualidade de vida. Além disso, vários estudos têm mostrado o desinteresse das gerações mais novas em se manter nas atividades agrícolas, o que pode ter efeitos importantes nas perspectivas de médio e longo prazo sobre o uso da terra entre os pequenos produtores rurais (Bryceson, 1996; Rigg e Nattapoolwat, 2001; Rigg, 2006; Wilk, 2006).

Dessa forma, considerando o número de famílias atendidas e as importantes mudanças na renda proporcionadas pelos programas de assistência e previdência social, quais seriam as consequências desse cenário de diversificação das atividades entre os pequenos produtores rurais? Haveria uma correlação positiva entre diversificação das atividades de subsistência e melhoria da qualidade de vida na região em estudo? Como as famílias percebem e descrevem o processo de reorganização da economia doméstica após a introdução do PBF e da aposentadoria rural? Quais as perspectivas de uso da terra nesse cenário de diversificação das atividades econômicas e desinteresse das gerações mais novas pela agricultura?

Com base nas questões colocadas anteriormente, a hipótese que guia o presente artigo se refere a existência de uma percepção de melhoria da qualidade de vida ligada à estabilização da renda e ao maior acesso a bens de consumo e serviços entre os pequenos produtores rurais da região de Santarém, ainda que o cenário de produção agrícola apresente uma retração entre esses grupos.

3 O crescimento real representa a taxa de crescimento observada acima da inflação do período. Entre 30 de junho de 2003 e 30 de junho de 2011, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias, foi de 52,59%.

Métodos

1) Descrição da área de estudos

A região de Santarém localiza-se no Oeste do estado do Pará, margeada pelo encontro entre os rios Tapajós e Amazonas (Figura 1). Com aproximadamente 300.000 habitantes, sendo 80.000 na zona rural, o município de Santarém é um dos maiores da Amazônia fora das regiões metropolitanas de Manaus e Belém (IBGE, 2010). Somando-se os municípios vizinhos, são aproximadamente 600.000 pessoas vivendo em uma região significativa do ponto de vista da pesquisa científica, já que nesse local se materializam vários dos fatores que compõem a complexidade do contexto atual da Amazônia brasileira, como a expansão da fronteira agrícola, o desmatamento, o crescimento demográfico, a migração, a urbanização desorganizada, a falta de infraestrutura, as condições precárias dos pequenos produtores, o enriquecimento dos grandes produtores (com destaque para a soja), a atuação de indústrias madeireiras, a ocupação ilegal de terras, as ações de fiscalização e controle por parte do governo federal, a criação e o conflito em torno de áreas protegidas, o trabalho de ONGs, a pressão internacional pela conservação, entre outros.

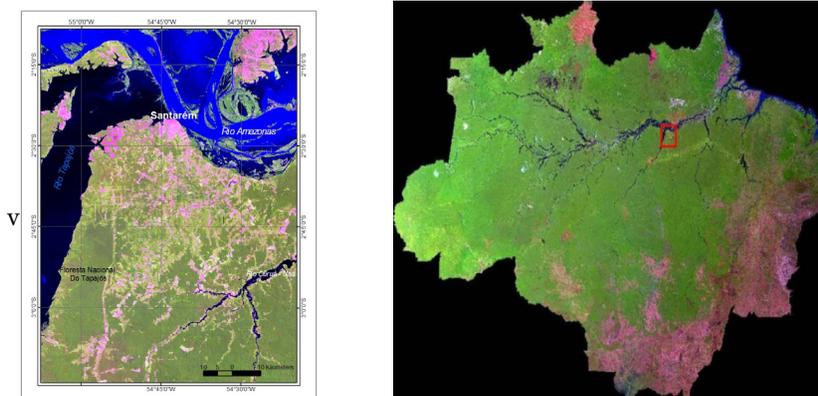


Figura 1 – Localização da área de estudo, na região de Santarém, Oeste do Pará

Com exceção da Região Metropolitana de Manaus, que possui um parque industrial bastante desenvolvido, a economia dos municípios, ao longo da calha do rio Amazonas, se caracteriza essencialmente pela produção agropecuária, pelo extrativismo e, em alguns casos específicos, pelo turismo (Amazonas, 2009; Santarém, 2009). Em relação às populações e comunidades rurais mais pobres, as condições socioeconômicas são heterogêneas. Apesar de muitas delas terem acesso aos recursos alimentares advindos da caça, coleta e produção de subsistência, muitas ainda sofrem com limitações calóricas e péssimas condições sanitárias e de saúde (Adams, 2002; Silva, 2006).

2) Coleta e análise dos dados

As famílias da região rural de Santarém têm assistido a uma série de mudanças nos últimos anos, como a redução das atividades agrícolas nas pequenas propriedades, a chegada dos grandes produtores, o desinteresse dos mais jovens pela agricultura, as novas oportunidades de trabalho e renda, a ausência de assistência técnica, entre outros. Nesse sentido, conhecer a percepção das famílias entrevistadas sobre as transformações observadas nos últimos anos pode colaborar muito com a compreensão dos processos de tomada de decisão quanto à alocação das novas fontes de renda, aos padrões e desejos de consumo e à escolha das atividades agrícolas.

Para caracterizar a percepção sobre os processos que estão em evidência no presente trabalho, foram registrados os discursos de 83 famílias de pequenos produtores rurais selecionadas aleatoriamente a partir do banco de dados de uma pesquisa anteriormente realizada na mesma região⁴. Além disso, foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas com lideranças e atores locais fora da área rural. O material analisado para este estudo compõe, portanto, cerca de 27 horas de entrevistas gravadas, além de 87 páginas (aproximadamente 34.000 palavras) de anotações e citações transcritas. Os trechos mais relevantes dos discursos dos entrevistados, conforme as questões em análise, foram, então, selecionados e avaliados em função de categorias pré-estabelecidas e de novos temas que surgiram em campo.

As entrevistas realizadas nas propriedades foram sempre conduzidas buscando conhecer a opinião dos informantes em categorias como as condições da agricultura, as mudanças na qualidade de vida e o papel dos benefícios sociais. Já as entrevistas aplicadas na cidade tiveram o objetivo de oferecer uma compreensão mais ampla sobre alguns dos processos que estão afetando a vida dos pequenos produtores rurais na região, agregando a visão de gestores públicos, organizações de produtores e outros atores locais importantes na definição das condições dessas populações. Conforme citado anteriormente, essas entrevistas foram realizadas com 13 pessoas: (1) o diretor da Rádio Rural de Santarém, que também é padre da Igreja Católica e tem grande reconhecimento entre as populações da área de estudo, sobre as principais demandas e problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais; (2 e 3) os responsáveis por dois dos principais supermercados que atendem à população rural da região, a fim de obter suas percepções sobre o movimento do comércio local e possíveis mudanças de comportamento dos consumidores da área rural; (4) o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), sobre a atuação do sindicato na obtenção dos benefícios e situação geral dos pequenos produtores; (5) o gerente de uma das financeiras estabelecidas em Santarém, sobre

⁴ "Amazonian Deforestation and the Structure of Households, Phase II" (NICHD/HD035811-07) conduzido em 2003 por pesquisadores do Anthropological Center for Training and Research on Global Environmental Change (ACT), da Indiana University, Bloomington, EUA.

os empréstimos consignados para recebedores de benefícios, em especial os aposentados rurais; (6 e 7) a gestora local do Programa Bolsa Família e a assistente social chefe da prefeitura de Santarém, sobre o funcionamento do programa na cidade e as percepções sobre os impactos do benefício na vida das famílias rurais; (8) um economista reconhecido na cidade, sobre as transformações econômicas dos últimos anos e o impacto de programas de transferência de renda; (9) um renomado pesquisador local e ex-diretor da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Santarém, sobre o apoio técnico e as condições de produção entre os pequenos produtores rurais; (10) a Secretária Municipal de Produção Familiar de Santarém, sobre a atuação da prefeitura e a situação geral dos pequenos produtores; (11) o presidente da Associação de Produtores Rurais de Santarém (Aprusan), sobre o funcionamento das feiras de comercialização direta e as dificuldades logísticas enfrentadas pelos produtores; (12) o dirigente da Cooperativa dos Produtores Rurais de Santarém (Coprusan), sobre as possibilidades de apoio aos pequenos produtores e agregação de valor à produção local e (13) o Secretário Nacional de Renda e Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em Brasília, sobre os efeitos e condicionalidades do Programa Bolsa Família em áreas rurais.

As atividades de campo na região de Santarém foram realizadas entre os dias 21 de junho e 2 de agosto de 2011 e entre os dias 21 de agosto e 4 de setembro de 2011, em um total de 57 dias. Esse período representa o final da época mais chuvosa, conhecida como “inverno”, e o início da época mais seca, conhecida como “verão”. A escolha dessa época deveria facilitar o acesso às propriedades, já que a maioria dos ramais rurais da região está em péssimo estado de conservação. Ainda assim, houve muita dificuldade em localizar e acessar alguns dos lotes.

Os nomes dos entrevistados não foram revelados, ainda que houvesse autorização para tal, para evitar qualquer tipo de identificação direta. Nesse sentido, eles foram identificados pelo sexo, código da propriedade e idade, nos casos das famílias residentes em campo, e pelo cargo ou função que ocupavam, nos casos dos atores e lideranças locais entrevistados na cidade. Os trechos de discursos mais relevantes, bem como a interpretação de cada uma das categorias são apresentados a seguir.

Resultados: o papel dos benefícios sociais nas mudanças das atividades agrícolas

Conforme observado na introdução, boa parte dos rendimentos mensais familiares de pequenos produtores rurais tem sido composta por benefícios sociais, especialmente a aposentadoria rural. Nesse sentido, os entrevistados foram indagados sobre a importância dessas novas fontes de renda para a composição do orçamento doméstico, bem como sobre os possíveis efeitos desses rendimentos em outras atividades do domicílio e na região como um todo.

Os informantes, de maneira geral, deram ênfase aos efeitos da aposentadoria rural,

do Bolsa Família e do salário-maternidade⁵. O papel conferido a esses benefícios percorreu um gradiente de considerações, desde visões mais positivas, reconhecendo a importância da renda extra para a manutenção das famílias, até uma visão mais negativa, que reflete experiências locais e um discurso, de parte da mídia mais conservadora, de desqualificação dos programas e correlação entre os benefícios sociais e o afastamento do trabalho.

Uma parcela significativa dos entrevistados em campo fez uma associação direta entre o recebimento da assistência social e a redução das atividades agrícolas na região. Nos 12 trechos apontados adiante, por exemplo, destacaram-se consequências negativas da aplicação dos programas, como uma suposta acomodação do trabalho, um aumento das taxas de natalidade e a redução da produção agrícola e atividades extrativistas. Contudo, cinco desses mesmos entrevistados eram beneficiários do Bolsa Família no momento da entrevista ou em períodos anteriores, os quais foram identificados nos discursos a seguir:

Eu sou contra o Bolsa Família. Eu criei 9 filhos e nunca precisei disso. Você vai nessa vila aqui, 3 ou 4 horas da tarde, o povo tá tudo sentado debaixo da árvore. Povo preguiçoso! Eu não quero parar de trabalhar. Todo mundo tem que trabalhar. Eu sou revoltado com isso aí. Deu uma preguiça no povo! (Entrevistado 4552, 53 anos).

Com o Bolsa Família, teve gente que parou de trabalhar mesmo. Falta exemplo. (Entrevistada 9001, 68 anos).

Antes os carros [ônibus] saiam se quebrando de tanta coisa que tinha dentro [produção] e não tinha condição de botar mais [para vender na cidade]. E hoje, meu amigo, o cara que embarca no ônibus só vai com o cartãozinho pra tirar o Bolsa Família, ou que seja tirar o aposento. Eu acho triste. Pra mim é uma tristeza. Porque eu tô vendo que daqui uns dias, nosso município só vai sobreviver de bolsa disso, bolsa daquilo. Pra mim é uma tristeza. Eu criei minha família no trabalho. (Entrevistado 7652, 43 anos, beneficiário do Bolsa Família).

Os incentivos do governo foram tão bons que o povo parou de trabalhar. Antes o caboclo trabalhava o ano inteiro pra comprar uma bicicleta. Hoje isso aqui parece uma revenda de moto. (Entrevistado 4052, 58 anos, beneficiário do Bolsa Família).

Faz uns 2 anos que não vende feijão da várzea. O peixe também diminuiu. A gente percebe que o pessoal da várzea se acomodou. (Entrevistado 2411, 57 anos, beneficiário do Bolsa Família, indicando possíveis efeitos dos benefícios sociais na produção).

Depois que apareceu esse negócio de Bolsa Família, auxílio-maternidade, a agricultura aqui aca-

⁵ O salário-maternidade é um benefício de um salário mínimo mensal que as mães, contribuintes da previdência social, recebem durante quatro meses após o nascimento dos filhos (Brasil, 2012b).

bou. (Entrevistada 121, 36 anos).

Tem gente aqui nessa comunidade que não cria nem uma galinha. (Entrevistado 5731, 59 anos, beneficiário do Bolsa Família, sobre a acomodação de alguns dos vizinhos).

Lá em São Paulo todo mundo trabalha, né? Não é igual aqui não, moço. Aqui tem um monte de vagabundo. Tem gente aqui que se escapa só com o Bolsa Família. O que que é isso?! Eu criei meus filhos no trabalho! Esses cabra mais novo não fazem o que a gente fazia não. Esses meninos não tem coragem, eles não sabem o que é sofrimento. Hoje eles têm tudo na mão e têm preguiça de trabalhar. (Entrevistada 5652, 68 anos, reproduzindo o discurso sobre os efeitos do Bolsa Família na redução do trabalho rural).

Tem muita gente que diz que quando chegou a energia chegou também a preguiça. Quem que ia passar o dia todo assistindo novela e desenho antes, que não tinha energia? Pelo menos aqui na nossa comunidade é assim. Uns recebem o Bolsa Família. O governo deu isso pra todo mundo. Outros recebem o seguro-defeso na época que não pode pescar. Outros fazem filho e recebem o salário-maternidade. Tá todo mundo dependendo do governo. (Entrevistado 742, 36 anos, beneficiário do Bolsa Família, sobre o modo de subsistência das famílias da comunidade em que vive).

O que mais a gente vê é cabloco se sustentando nas costas da mulher e dos pais aposentados. (Entrevistada 5131, 62 anos, apontando o afastamento do trabalho a partir do recebimento de novas fontes de renda).

Tem um monte de jovem aí, com as mulher tudo buchuda, de 14, 15 anos, esperando ajuda do governo, mas não quer ir pro assentamento, porque lá tem que trabalhar. Tem menina aqui com 14 anos que não sabe ler, com filho nos braços, por causa desse auxílio-maternidade. O povo aqui engravida para fazer metade da casa, aí depois engravida de novo para terminar. Fica falando que um ano vai ter um filho para comprar uma moto, outro ano vai ter um filho para fazer não sei o quê. (Entrevistado 761, 62 anos, indicando as consequências dos benefícios oferecidos pelo governo).

Depois que aposentou, parou tudo por aqui (Entrevistado 6537, 70 anos, sobre as atividades agrícolas no seu lote).

Houve ainda uma parcela dos entrevistados que reconheceu a importância dos benefícios, mas destacou injustiças quanto às famílias atendidas e à destinação do dinheiro, e até mesmo aspectos comportamentais da população da região, que sugeriram que a simples transferência de renda não resolveria os problemas das famílias locais. É importante ressaltar que esse tipo de discurso surgiu mesmo entre as famílias que se declararam

beneficiárias dos programas de assistência. Os trechos a seguir exemplificam esse ponto:

O homem do campo nunca mexeu com dinheiro. Aí fica por aí se estrepando mesmo. Tem governo que pode por Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Gás, que não vai adiantar nada. O cabra nunca vai sair do barraquinho. (Entrevistado 7652, 43 anos, sobre as características dos homens do campo no trato com o dinheiro).

Tem muita gente fraca, mole, que fica esperando coisa do governo. Aí não vai pra frente. Se o governo me oferecer um salário mínimo pra parar de trabalhar, eu não quero. Eu tenho muita força pra trabalhar. (Entrevistado 4141, 52 anos, sobre pessoas que deixam de trabalhar com auxílios do governo).

Para quem não tem emprego, o Bolsa Família ajuda muito. Mas tem gente que não tem coragem de ir trabalhar, quer tudo na mão. (Entrevistado 3433, 59 anos).

Eu sei que tem muita gente que merece o BF, mas tem muitos que não! A mulher vai receber o dinheiro, e eles ficam bebendo. (Entrevistado 432, 69 anos).

Tem gente que não tem precisão de receber benefício e tá recebendo, bebendo, jogando. (Entrevistada 1611, 60 anos).

O governo deu as máquinas e tudo, mas ninguém planta. Nem o presidente da comunidade! Lá na Boa Esperança é tudo bonitinho. Parece um bairro de Santarém. Mas lá o pessoal gosta de trabalhar. (Entrevistado 742, 36 anos, sobre a diminuição das atividades agrícolas na comunidade, mesmo com apoio do governo, fazendo uma comparação com outra comunidade da região).

Tem gente aí que pega o Bolsa Família e vai tomar umas gelada. Mas isso é um ou dois. (Entrevistado 211, 54 anos).

Eu não acho que as meninas engravidam só por causa disso [salário-maternidade]. Não é todo mundo que tem condição de pagar o sindicato [e ter direito ao benefício]. Pode até ter uns que pensam assim, mas a maioria não. (Entrevistada 4933, 40 anos, sobre o salário-maternidade. As mulheres precisam pagar o sindicato, durante 10 meses antes da gravidez, para solicitar o benefício, e preencher uma ficha fornecida pelo delegado local da organização, quando constatada a gravidez, para dar entrada no pedido).

Houve também, entre os entrevistados, os que perceberam apenas os efeitos positivos do recebimento dos benefícios, refletindo uma superação do cenário de vulnerabilidade e

baixa renda nos últimos anos. Nesses casos, destacou-se a valorização do alcance de um nível mais alto de segurança alimentar e uma associação à melhoria geral da qualidade de vida na região, com a estabilização dos rendimentos no panorama registrado em 2011, o que também colabora para a confirmação da hipótese do presente trabalho, associando qualidade de vida e aumento da renda. Os discursos a seguir fundamentam essa constatação:

Foi um plano muito bom esse do governo, da aposentadoria. É uma benção pros idosos, pros aleijados. Eu não posso trabalhar mais, mas eu digo pro meu filho que se ele quiser plantar um arroz, me fala que eu ajudo. (Entrevistada 5911, 62 anos, sobre os benefícios da aposentadoria e a possível aplicação do dinheiro na agricultura).

Quase todo mundo recebe o Bolsa Família por aqui. Melhorou a vida do pessoal. (Entrevistado 4641, 36 anos).

A Dilma [presidente] aumentou o Bolsa Família. Isso foi muito bom pra gente. (Entrevistada 3151, 39 anos, sobre aumento do valor repassado pelo programa algumas semanas antes da realização da entrevista).

Depois do Bolsa Família melhorou demais. Hoje os moleques comem bolacha! Bolsa 'esmola', que nem diz esse povo mal agradecido. (Entrevistada 1962, 60 anos, elogiando o programa e criticando as pessoas que reclamam do valor do benefício).

Graças a Deus que a gente tem essas rendas [Bolsa Família e aposentadoria]. Senão, Deus defende. Não sei o que ia ser da gente pra ter as coisas aqui em casa. (Entrevistada 5641, 37 anos, quando questionada da baixa renda da agricultura e da subsistência da família).

O dinheiro do Bolsa Família é pouquinho, mas serve pra tudo. (Entrevistado 3551, 50 anos).

O Bolsa Família era bom, dava uma ajudinha pras coisas aqui de casa. Foi ruim parar de receber. (Entrevistada 6911, 44 anos).

Alguns informantes, no entanto, deixaram claro um cenário de forte dependência dos benefícios para a subsistência da família. Esse tipo de discurso surgiu com mais força em domicílios que demonstraram algum tipo de dificuldade ou desestruturação quanto a disponibilidade de mão de obra familiar, como o falecimento do marido ou ausência dos filhos mais velhos. Tal contexto reflete uma questão delicada, que emergiu no presente trabalho, sobre a diferenciação entre uma suposta acomodação das famílias diante dos benefícios oferecidos pelo governo e as dificuldades em acessar outras fontes de renda em face das barreiras que o desenvolvimento da atividade agrícola tem enfrentado na região. Os

trechos a seguir refletem esse cenário:

Antes da aposentadoria era só trabalhando na roça, ou trabalhando pros outros. Tinha que plantar arroz, milho, mandioca. Só assim que dava pra sobreviver. (Entrevistada 5641, 37 anos, quando questionada das atividades antes da aposentadoria. Essa é uma resposta importante para evidenciar mudança da relação com a agricultura após a entrada de novas fontes de renda – grifo dos autores).

Se eu não fosse aposentada eu tinha morrido de fome. (Entrevistada 2413, 83 anos, com muita clareza, registrando a importância da aposentadoria rural para uma senhora que vive sozinha, com pouco apoio da família).

Não quero ficar nem um minuto de hora sem o meu dinheiro. Eu quero é que Deus aumente mais! (Entrevistada 5641, 37 anos, sobre o Bolsa Família).

Antes a gente sobrevivia só do roçado. Agora é só da aposentadoria. (Entrevistada 2732, 72 anos).

Eu pago o sindicato porque mulher nova engravida e aí recebe. (Entrevistada 3811, 34 anos, sobre o auxílio maternidade, quando questionada sobre o pagamento mensal ao Sindicato rural).

Era meu ganho! Aqui tá todo mundo recebendo, menos eu! É por sorte... (Entrevistada 3811, 34 anos, evidenciando a dependência do Bolsa Família, que deixou de receber poucos meses antes da entrevista – grifo dos autores).

Setenta por cento dessa comunidade tá aposentada. Se a pessoa tem algo pra se manter, aqui é muito bom. Aqui, quem não vive de aposentadoria, vive de Bolsa Família. (Entrevistado 5621, 68 anos, sobre as fontes de renda das famílias, excluindo a agricultura da lista).

Entre os entrevistados fora das áreas rurais, o papel dos benefícios sociais também foi marcante nos discursos. Observou-se a mesma lógica de caracterização polarizada, variando entre uma valoração positiva, que refletiria a melhoria da qualidade de vida e um maior acesso a bens de consumo, e uma valoração negativa, que representaria o afastamento do trabalho e a redução da produção agrícola. A diretora de um dos principais supermercados que abastecem a população rural, por exemplo, percebeu a importância da renda dos aposentados, pensionistas e beneficiários do Bolsa Família, mas viu um aumento geral da inadimplência associada a maior obtenção de crédito por conta desses benefícios. Ela observou, inclusive, uma redução no número total de clientes devido ao alto grau de endividamento, em razão da dificuldade das famílias para quitar essas dívidas. A entrevistada associou ainda um aumento do consumo, do comodismo e do número de

crianças como resultado direto da obtenção do Bolsa Família, principalmente pelo grande número de pessoas sem estudo, o que propiciaria um cenário de comodismo. Já o dono de outro supermercado considerou que os benefícios sociais oferecidos pelo governo têm respondido por boa parte da economia de Santarém. Isso tem gerado um panorama de dependência entre os beneficiários. Segundo ele, é comum ouvir a afirmação: “construí minha casa só com o dinheiro do Bolsa Família”. O entrevistado reconhece ainda uma mudança de comportamento de consumo, na qual os benefícios sociais teriam um grande papel. Nesse sentido, ele percebeu o mesmo contexto de aumento de endividamento, sendo que muitos clientes têm o nome sujo em função de não saber lidar com o dinheiro vivo. Ele vê ainda má fé das financeiras ao enganar os aposentados. Dessa forma, o volume do comércio no supermercado parece estar correlacionado com a disponibilidade de crédito e tem piorado com o cenário de endividamento, ainda que ele tenha demonstrado o desejo de expandir o supermercado, o que ainda não fez por falta de espaço no local onde está instalado. Conforme afirmou:

Na minha infância, só se comprava óleo e sal na cidade. Hoje eles [moradores das áreas rurais] compram de tudo. Mas é só na época de pagamento. Eu tenho oito dias de vendas altas e 22 dias de sobrevivência. Fica difícil trabalhar assim. E isso aconteceu depois desses empréstimos pros aposentados.

As entrevistas realizadas com os responsáveis pelos supermercados chamaram a atenção para a questão do endividamento das famílias beneficiárias. Uma busca pelos depoimentos das famílias entrevistadas em campo também registrou o surgimento desse tema, como apontam os trechos abaixo:

As financeiras passam aqui na comunidade do planalto também! (Entrevistado 7722, 58 anos, sobre as empresas que oferecem empréstimos e que atuam nas comunidades da várzea, do planalto e fazem propaganda na Rádio Rural).

Eles passam direto aqui. (Entrevistada 3831, 48 anos, sobre as empresas que oferecem financiamento).

Eu tô pagando cartão de crédito que eu nem sabia que vinha quando eu fiz o empréstimo. Eles me enganaram. (Entrevistado 151, 76 anos, sobre a atuação das financeiras – grifo dos autores).

Eu não queria fazer não, mas a mulher caiu em cima de mim. (Entrevistada 5652, 68 anos, sobre a insistência dos promotores de empréstimo).

Isso levou à tentativa de entrevistar os responsáveis pelas financeiras que atuam na

região de Santarém, para investigar o efeito do aumento do número de famílias atendidas e a forma de atuação de tais instituições. Das três empresas especializadas nesse tipo de serviço na cidade, apenas uma aceitou realizar uma entrevista, durante o período das atividades de campo. Ainda assim, o gerente entrevistado preferiu não oferecer muitas informações sobre os números da empresa e o funcionamento dos empréstimos. De qualquer forma, conforme apontado pelos responsáveis pelos supermercados, foi possível registrar o crescimento da demanda por crédito pessoal, especialmente aquele associado aos benefícios de aposentadoria e pensão:

Aumentou sim a procura por crédito na loja. A gente teve um crescimento de uns 10% em relação a 2010. Mas aumentou também a inadimplência do pessoal. Mesmo assim ainda tem muita gente que sabe controlar o dinheiro.

Os aposentados aproveitam muito quando tem reajuste no benefício. Uns 40% da nossa procura é referente aos aposentados. Mas a maioria, uns 80% dos clientes, vem da cidade mesmo.

Um dos entrevistados fora da área rural foi um economista com grande experiência na cidade, presidente de uma ONG local e professor universitário. Ele registrou também um aumento da atividade econômica local entre a população de mais baixa renda, que pode ser atribuído em grande parte à instituição dos benefícios sociais. No trecho a seguir, o entrevistado destaca o efeito do Bolsa Família sobre a construção civil e a aquisição de motocicletas:

O setor de construção civil cresceu 131% em 2010 em Santarém. Muito disso é por conta desses benefícios, como o Bolsa Família. O índice de motorização também cresceu muito. Hoje, com R\$ 38 de parcela você consegue comprar uma moto. Com o dinheiro que a pessoa tira do Bolsa Família, dá pra comprar. Isso reduziu também o número de passageiros no transporte público do município. A gente percebe que as casas da periferia estão tomando outro formato. As casas, que antes eram de madeira, agora estão sendo feitas em alvenaria. Você já andou pela periferia de Santarém? Já foi na Nova República? O cenário hoje é totalmente diferente.

Voltando à questão da relação entre o trabalho e a concessão dos benefícios, foi possível constatar opiniões antagônicas também entre alguns dos atores que estão em contato direto com as populações rurais beneficiadas. Um dos entrevistados foi o diretor da Rádio Rural de Santarém, que também é Padre da Igreja Católica e tem um longo histórico de atuação junto às populações de pequenos produtores rurais do interior do Pará. Em sua opinião, os benefícios sociais não estão afastando a população local do trabalho, em virtude principalmente do baixo volume de recursos disponibilizados, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

Eu não concordo que o Bolsa Família e a aposentadoria rural estão fazendo o pessoal parar de trabalhar. É tão pouquinho o recurso. Era pra garantir café da manhã, almoço e janta pra uma família de cinco filhos. Com R\$145 [por mês] não dá nem pra garantir o café da manhã! O Bolsa família não é solução de nada. Ele é só uma ilusão de melhoria.

Essa opinião é compartilhada pelo presidente do Sindicato Rural de Santarém, instituição que representa mais de 16.000 agricultores na região e é responsável pela maior parte do processamento dos pedidos de aposentadoria para os trabalhadores rurais. O entrevistado destacou a continuidade do trabalho entre os beneficiários, como exemplifica o trecho a seguir:

Há quem diga que a aposentadoria, o Bolsa Família, o salário-maternidade, deixaram o pessoal mais preguiçoso, mas não é verdade. Se você for lá na colônia, visitar os trabalhadores, o pessoal tá trabalhando. Às vezes é o aposentado quem tá trabalhando. Quem recebe o Bolsa Família tá trabalhando. Às vezes até os filhos dessas pessoas que recebem, quando não estão na escola, estão na roça.

Por outro lado, a gestora do Programa Bolsa Família, em Santarém, e a assistente social, chefe do município, que administram toda a estrutura de cadastramento entre as mais de 21.000 famílias beneficiadas na cidade, destacaram um cenário oposto. Quando questionadas sobre os efeitos do Programa na população rural de Santarém, as entrevistadas apontaram um processo de acomodação e afastamento do trabalho agrícola, não só como consequência do Bolsa Família, mas também do salário-maternidade. Elas ressaltaram inclusive o oferecimento de cursos de capacitação por parte do governo, os quais não seriam frequentados pelos beneficiários por um receio de deixar de fazer parte do Programa. Os trechos a seguir sustentam essa interpretação:

O povo aqui tá consumindo mais coisa da cidade, mas acho que tá diminuindo a produção também. Tem gente que acomoda. Mas acho que é até uma questão cultural, né? O pessoal que é mais indígena parece que tem menor intenção de acumular as coisas. Então, as pessoas se acomodam com o benefício e diminuem o trabalho. Os imigrantes do sul tem outro jeito. Eles tem outra visão de mundo. Mas a gente fala também pra eles tomarem cuidado com o que vão gastar, pra não se endividar. A gente até sugere que gaste com alguma coisa que gere dinheiro. Fala pra comprar um motor, alguma coisa que ajude a trabalhar e reverta pra produção. Porque o Bolsa Família, de repente acontece alguma coisa que a família sai dos critérios. E aí, como é que vai fazer?

Tem muita gente que tá vivendo só desse dinheiro [benefícios]. Mas não era pra ser assim. Eles tinham que estar investindo na educação dos filhos, melhorar de vida. Mas tem mãe que chega aqui e fala até que vai tirar o filho da escola se bloquear o benefício, você acredita? E se de repente

o governo decide acabar com esse benefício? Vai ter muita gente desesperada por aqui. *Tem gente que deixou de plantar por causa do benefício do Bolsa Família*, porque acha que isso é suficiente pra mantê-los. Mas não é. A gente sabe que não é. Tem gente que se acomodou. A gente espera que o governo melhore o programa. (Grifo dos autores).

O auxílio maternidade aqui na zona rural também é uma coisa delicada. Você vai encontrar mulher com 15, 20 filhos. A mulher engravida porque vai comprar a geladeira, o terreno, construir a casa. Nunca é por causa da criança. Como é que você vai cuidar de tudo isso? Quem começa a cuidar são as meninas mais velhas, não tem jeito. E aí, quando elas tão com 12, 13 anos, já começam a sair de casa, procurar um companheiro pra sair daquela vida de sacrifício.

O programa tem cursos de capacitação para ajudar o pessoal a sair do Bolsa Família. Mas o pessoal tem medo. *Tem medo de começar a trabalhar e perder o benefício*. Tem gente que prefere ficar nessa dependência do que sair desse estado de vulnerabilidade. Quando tem o curso é até difícil completar as turmas. Isso tinha que ser uma condicionalidade! (Grifo dos autores).

Esse processo de acomodação foi explorado com muita precisão por um dos entrevistados na cidade, responsável por um instituto cultural em Santarém e pesquisador aposentado da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Ele ofereceu um panorama mais complexo, historicamente contextualizado, sobre alguns dos fatores que afastam a população local do trabalho agrícola e as possíveis consequências dos benefícios para as atividades produtivas. Cabe destacar a importante reflexão oferecida pelo entrevistado sobre a autonomia das famílias beneficiadas, conforme aponta o trecho a seguir:

Essas bolsas não levam quem recebe a ganhar autonomia. E, muitas vezes, no campo, o cara dá uma relaxada na parte produtiva. Então, ele tem ali aquele dinheirinho no final do mês. E eu nem acredito que seja preguiça, mesmo. É uma falta de ambição. Eles não são empreendedores. Eles não aprenderam a lidar com o dinheiro, a multiplicar o dinheiro. Se eles tiverem o mínimo pra se manterem vivos pra eles está bom. Porque isso acontecia também quando eles não tinham o Bolsa Família e viviam do trabalho deles, exclusivamente. Eles faziam uma produçãozinha durante 15 dias e então eles paravam até acabar aquele dinheiro, para aí, produzir mais. Então, eu acho que o Bolsa Família não vai levar ninguém a ficar autônomo. A um dia eles disserem que não precisam mais do Bolsa Família. Porque outros programas que dariam o suporte para essa libertação, essa autonomia, eles não são implementados. Então eu não vejo esse programa como uma coisa boa para o país, como um todo. Ele é bom para que recebe. Esses programas deveriam vir acompanhados de capacitação para o trabalho, desenvolvimento humano, assistência técnica, crédito, estudo de mercado, uma cadeia de coisas. São elos de uma cadeia que deveriam fazer o desenvolvimento da família junto a um desenvolvimento rural sustentável. Não adianta resolver

só um lado e esperar que tudo seja resolvido em função dessa ação isolada, particular.

Na entrevista com o Secretário Nacional de Renda e Cidadania, responsável pelo Programa Bolsa Família em nível nacional, surgiu o reconhecimento da necessidade de complementação entre os programas de assistência às populações rurais, justamente para a promoção da autonomia. Foi possível observar também que o representante do governo federal não assume a expectativa de reinvestimento da renda do programa em atividades produtivas, já que o objetivo principal do benefício seria retirar as famílias de uma situação de vulnerabilidade e garantir um cenário de segurança alimentar. O trecho da entrevista, a seguir, apoia essa interpretação:

O cadastro único e o Bolsa Família são portas de entrada a uma série de outros benefícios que podem ser acoplados a isso. Existe uma discussão sobre as condicionalidades desde o início do programa e agora um debate mais intenso em relação a outros serviços e outras oportunidades que têm que ser acopladas ao benefício, especialmente em áreas rurais. Toda a nossa lógica agora é de integração de políticas. Os beneficiários do Bolsa Família são prioritários para receber o Bolsa Verde, por exemplo. Então, todo o debate que tem sido feito sobre inclusão produtiva hoje tem apontado que o Bolsa é um seguro interessante pra quem tá na área rural, já que a perenidade da renda tem efeitos muito positivos, inclusive em relação à tomada de risco dessas famílias de assumirem outras atividades a partir do Bolsa. No Norte, talvez isso não seja tão claro por conta da suas especificidades, mas no Nordeste, no sertão, esse é um efeito bastante interessante. Mas desse mundo do rural Norte, a gente ainda tem pouca informação. Agora, a renda do Bolsa pra investimento, sinceramente, eu não tenho muito essa ilusão. O benefício é muito pequeno. Imaginar que isso aí vai ser o elemento de investimento é difícil. Abre até algumas possibilidades de crédito, mas o crédito voltado ao consumo.

Considerações finais

Conforme observado nos discursos dos entrevistados, estabeleceu-se um cenário paradoxal para o papel dos benefícios sociais, que transita entre a melhoria da qualidade de vida da população em estudo e um processo de afastamento do trabalho agrícola. No entanto, como já apresentado na introdução, a agricultura de pequena escala tem enfrentado uma grande variedade de adversidades na região de Santarém, desde as dificuldades decorrentes da própria atividade agrícola, como a concorrência com grandes produtores, a queda de preço, a falta de assistência técnica, o surgimento de pragas e a dificuldade de comercialização, até a concorrência com atividades externas, que têm atraído parte da mão de obra local com rendimentos melhores. A maioria das famílias entrevistadas não observa, portanto, vantagens em continuar na agricultura. Faz mais sentido optar por outras atividades, já que o custo de oportunidade da mão de obra dos indivíduos vem aumentando

em face das possibilidades de emprego formal, o que reduz a perspectiva de decidir pelo trabalho agrícola no lote.

Nesse sentido, é pouco eficaz mensurar um conceito subjetivo como a “acomodação” e conferir algum peso específico aos benefícios sociais, no cenário registrado anteriormente. Ainda assim, não chega a ser surpreendente que a população atendida reduza a carga de trabalhos mais pesados e menos rentáveis ao garantir a subsistência e as expectativas de consumo do domicílio, considerando que a entrada dos benefícios sociais, principalmente a aposentadoria e as pensões, aumentaram consideravelmente a capacidade de consumo das famílias. É importante, portanto, reconhecer que as atividades não-agrícolas passaram a ser parte fundamental da organização dos modos de vida da população rural brasileira e que estão direcionando processos mais autônomos de tomada de decisão quanto a alocação dos recursos e atividades produtivas.

Referências

- ADAMS, Cristina. **Estratégias adaptativas de duas populações caboclas (Pará) aos ecossistemas de várzea estuarina e estacional: uma análise comparativa**. 2002. 387p. Tese (Doutorado em Ciências, Área de Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- AMAZONAS. **Biblioteca Virtual do Amazonas**. Municípios do Estado: Manaus. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/manaus.php>> Acesso em: 26 mar. 2013
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família**. 2012a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 26 mar. 2013.
- _____. Ministério da Previdência Social (MPS). **Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS**. 2012b. Disponível em: <<http://www.mps.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>> Acesso em: 26 mar. 2013
- BRONDIZIO, Eduardo et. al. Small Farmers and Deforestation in Amazonia. In: KELLER, Michael et. al (eds.). **Amazonia and Global Change: A Synthesis of LBA Research**. Washington: World Scientific Publishing (American Geophysical Union), 2009. p. 117-147.
- BRYCESON, Deborah. Deagrarianization and Rural Employment in sub-Saharan Africa: A Sectoral Perspective. **World Development**, v. 24, n. 1, 1996, p. 97-111.
- BRYCESON, Deborah. De-agrarianisation in sub-Saharan Africa: Acknowledging the inevitable. In: BRYCESON, Deborah F; JAMAL, Vali. (ed.). **Farewell to farms: Deagrarianisation and employment in Africa**. Aldershot: Ashgate, 1997. p. 3-20.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). **Caixa Benefícios Sociais**. Disponível em: <<https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/>> Acesso em: 25 ago. 2010.
- GORDON, Ann. **Diversity in rural incomes: issues affecting access at household level**. World Bank Seminar on the Rural Non-farm Economy. London: Natural Resource Institute, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultado do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/resultados_do_censo2010.php> Acesso em: 26 mar. 2013

- PADOCH, Christine et al. Urban forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia. **Ecology and Society**, v. 13, n. 2, 2008, p. 1-16.
- REARDON, Thomas; BERDERGUE, Julio; ESCOBAR, German. **Rural nonfarm employment and incomes in Latin America**: overview and policy implications. *World Development*, v. 29, n. 3, 2001, p. 395-409.
- RIGG, Jonathan. Land, farming, livelihoods, and poverty: Rethinking the links in the Rural South. **World Development**, v. 34, n. 1, 2006, p. 180-202.
- RIGG, Jonathan; NATTAPOOLWAT, Sakunee. Embracing the global in Thailand: activism and pragmatism in an era of deagrarianization. **World Development**, v. 29, n. 6, 2001, p. 945-960.
- SANTARÉM. **Caracterização municipal**. Disponível em: <<http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=116&fa=62>> Acesso em: 26 mar 2013
- SILVA, Hilton. Sócio-ecologia da saúde e da doença: os efeitos da invisibilidade nas populações caboclas da Amazônia. In: ADAMS, Cristina.; MURRIETA, Rui S. S.; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: FAPESP / Annablume, 2006. p. 323-349.
- SILVA, José F. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, 1997, p. 43-81.
- STEWART, Angela. Nobody farms here anymore: Livelihood diversification in the Amazonian community of Carvão, a historical perspective. **Agriculture and Human Values**, v. 24, n. 1, 2007, p. 75-92.
- WILK, Richard. But the Young Men Don't Want to Farm Any More: Political Ecology and Consumer Culture in Belize. In: BIRSACK, Aletta; GREENBERG, James B. (eds.). **Reimagining Political Ecology**. Durham: Duke University Press, 2006. p. 149-170.

Recebido em 25/11/2012

Aprovado em 06/02/2013